

ESCOLHAS DE CURSOS SUPERIORES DE ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO SEGUNDO A CONDIÇÃO DE COR E SEXO

Érica Jaqueline Soares Pinto

Mestranda em Educação – PPGE-UFPB. E-mail: ericajsp@gmail.com

Maria Eulina Pessoa de Carvalho

Doutora em Educação. Integrante do PPGE/ UFPB. E-mail: mepcarv@terra.com.br

Glória Rabay

Doutora em Ciências Sociais. Professora da UFPB. E-mail: gloria.rabay@gmail.com

Introdução

A escola pública brasileira, particularmente o ensino médio acadêmico, foi destinada, por muito tempo, somente a uma elite masculina branca, que almejava a preparação para ingresso no ensino superior. As jovens do sexo feminino que almejavam a formação profissional se direcionavam tradicionalmente aos cursos normais.

Nesse cenário, os/as negros/as constituíam e ainda constituem um grupo marcado por constante exclusão escolar e social. Dados recentes publicados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2011) mostram que as pessoas brancas possuem maior facilidade e sucesso durante sua trajetória educacional do que as negras.

Em 2009, de acordo com esses dados, 20,2% das crianças brancas entre 0 e 3 anos estavam matriculadas em creches, contra apenas 16,7% de crianças negras. No ensino médio a distorção idade-série – índice que aponta a quantidade de alunos/as com idade avançada para a série que estão matriculados/as – atinge 41% dos jovens negros em contraste com 26,9% dos jovens brancos; 38,2% das jovens negras, em contraste com 24,1% das jovens brancas.

A faixa etária ideal para frequência ao ensino médio é de 15 a 17 anos. Como podemos ver, as jovens (brancas e negras) têm mais sucesso em sua trajetória educacional do que os jovens (brancos e negros), pois terminam o ensino médio mais

cedo do que eles. Em contrapartida as brancas apresentam menor índice de distorção idade-série do que as negras, revelando que o obstáculo racial existe.

Constatamos então que, apesar das políticas recentes de expansão do ensino fundamental e médio, as desigualdades raciais ainda determinam e limitam as trajetórias rumo à educação superior das jovens negras. Ademais, a inserção

no mercado de trabalho brasileiro é nitidamente desvantajosa [...] colocando as afrodescendentes na pior situação quando comparada aos demais grupos populacionais – homens negros e não-negros e mulheres não-negras. Elas são a síntese da dupla discriminação de sexo e cor na sociedade brasileira: mais pobres, em situações de trabalho mais precárias, com menores rendimentos e as mais altas taxas de desemprego (DIEESE, 2005, p.2)

Por outro lado, apesar da vantagem quantitativa das mulheres (não apenas no tocante ao menor índice de distorção idade-série, mas no maior índice de conclusão escolar), a desigualdade de gênero que atravessa todos os grupos de mulheres permanece em sua inclusão segregada nos cursos superiores identificados com o cuidado, menos valorizados e remunerados no mercado de trabalho (CARVALHO e RABAY, 2011).

Diante desta problemática, este texto pretende conhecer a relação entre as variáveis sexo/gênero e etnia/raça e as escolhas de cursos superiores de jovens estudantes do ensino médio, com base em pesquisa empírica. A pesquisa integra o projeto intitulado “Perspectivas profissionais discentes da escola de ensino médio Liceu Paraibano” vinculado ao Programa de Iniciação Científica - Ensino Médio (PIBIC-EM/UFPB) e também projeto de dissertação de mestrado, junto ao PPGE/UFPB, da primeira autora deste texto.

Como instrumento de coleta de dados, foi utilizado um questionário aplicado às estudantes do 3º ano do ensino médio do Liceu Paraibano, em março de 2012. A escolha do Liceu como campo de pesquisa se deu ao fato de ser, dentre as escolas públicas de nível médio, a mais prestigiada e antiga do estado.

Para contextualizar os dados a serem apresentados e discutidos segue um breve relato sobre como as relações de gênero e etnia/raça afetam e refletem o modo como as pessoas se comportam, sendo também determinantes nas escolhas profissionais.

Questões de Etnia/raça e Gênero

Quando falamos em racismo hoje, não falamos de uma discriminação explícita, mas de uma discriminação velada que continua vitimando homens negros e mulheres negras em diversos setores da sociedade. De acordo com Aquino (2007, p. 182) “as imagens de desigualdades sociais que atingem negros/as e aparecem em várias regiões do País são recorrentes nas ciências da saúde, habitação e educação, gerando situações adversas para homens e mulheres da população negra, num quadro assustador”.

A discriminação racial tem se refletido na educação como apontam os dados anteriormente apresentados. A fim de transformar essa realidade, que há muito tempo vem sendo constatada, foi promulgada a Lei 10.639 de 2003 que estabelece a obrigatoriedade da inclusão da História e Cultura Africana e Afro Brasileira no currículo da escola básica buscando a equidade racial. E em 2004, foram estabelecidas as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, sob o argumento de que

o sucesso das políticas públicas de Estado, institucionais e pedagógicas, visando a reparações, reconhecimento e valorização da identidade, da cultura e da história dos negros brasileiros depende necessariamente de condições físicas, materiais, intelectuais e afetivas favoráveis para o ensino e para aprendizagens; em outras palavras, todos os alunos [e alunas] negros e não negros, bem como seus professores [e professoras], precisam sentir-se valorizados e apoiados. (BRASIL, 2004, p. 13).

Estas políticas, porém, não suprimem as relações de poder existentes entre brancos/as e negros/as e quando agregamos as relações de gênero isso se agrava ainda

mais, pois a educação e formação profissional das mulheres ainda se caracteriza pela segregação por área de conhecimento, disciplina e carreira. Se antes as escolas e salas de aula eram separadas por sexo e alunos e alunas eram destinados/as a cursos distintos, hoje quando não há mais barreiras formais ao ingresso das mulheres em qualquer curso, persiste o gendramento das áreas de conhecimento (CARVALHO e RABAY, 2011). Apesar de todo o avanço propiciado pelas lutas feministas, as dificuldades e diferenciações permanecem. Segundo Fanny Tabak,

As mulheres continuam tendo muita dificuldade de atingir os níveis mais altos de direção, de chefia. Elas ainda têm de enfrentar dificuldades sérias quando têm filhos pequenos, pois, apesar de existirem leis há cinquenta anos ou mais determinando a obrigatoriedade das creches, nem todas as empresas enquadradas pela lei as mantêm. As bolsas de pós-graduação, de pós-doutorado, a possibilidade de participar em congressos internacionais, tudo isso é muito mais difícil para as mulheres. (TABAK, 2011, p. 87)

As mulheres carregam o peso do sexismo na escolha e oportunidades de inclusão nos campos do conhecimento e do trabalho, sobretudo naqueles ditos masculinos. Elas enfrentam duplas ou até triplas jornadas de trabalho, incluindo o trabalho como mãe, esposa, dona de casa, estudante e trabalhadora. Como informa Carmen Lobato,

Sabe-se, hoje, que a mulher insere-se no mercado de trabalho e no ensino de forma cada vez mais significativa, talvez produzindo novos códigos interpretativos relativos à identidade de gênero. Entretanto [...] as mulheres [...] continuam a relatar o mesmo formato de integração ao social, 'dando conta de tudo', mas sempre privilegiando a esfera doméstica. (LOBATO, 2003, p. 61).

Se desde a infância meninos e meninas são ensinados/as a se comportar de maneira diferente, os padrões de desigualdade de gênero tenderão a se reproduzir na escola e no mercado de trabalho. À medida que crescemos, por meio das relações estabelecidas, pelas brincadeiras, pelos gestos, pelos aparatos que nos envolvem vamos diferenciando atitudes tipicamente femininas e masculinas que nos conduzem a escolhas com este padrão dicotômico (BARRETO; ARAUJO; PEREIRA, 2009).

As diferenças estabelecidas social e culturalmente a partir das concepções naturalizadas de feminilidade e masculinidade criam expectativas socioculturais e estereótipos, determinando modelos de comportamento e papéis a serem seguidos, intimidando, muitas vezes, as mulheres a buscarem e ocuparem profissões ditas masculinas.

Ao associar as variáveis sexo/gênero e etnia/raça, a situação das mulheres negras é agravada. A discriminação racial se acumula à desigualdade de gênero, colocando-as em posição inferior à dos homens brancos e negros, assim como à das mulheres brancas.

Resultados e análises

Que cursos superiores almejam as estudantes do ensino médio hoje? Para responder esta questão, considerando as variáveis sexo/gênero e raça/etnia, foram aplicados questionários¹ com o consentimento da direção e coordenação da escola, assim como dos/as professores/as que estavam em sala de aula.

O questionário foi composto por perguntas fechadas sobre o sexo, idade, etnia/raça. Apresentou uma questão referente à continuidade dos estudos das estudantes para verificar suas pretensões em ingressar no ensino superior, com duas alternativas: sim, qual o curso e não, o porquê. Para examinar quais os motivos de determinada escolha, indicamos três alternativas possíveis: 1. Concorrência pequena; 2. Realização pessoal; 3. Mercado de trabalho garantido.

Foi explicado o objetivo da pesquisa aos/às estudantes e professores/as e foram adotadas algumas estratégias para garantir o sucesso na aplicação dos questionários:

¹ Registramos e agradecemos a colaboração de Brendo Barboza Sousa e D'yasmim de Sousa Manguiera, bolsistas do Programa de Iniciação Científica- Ensino Médio de UFPB (PIBIC-EM/ UFPB).

a) Garantia de confidencialidade, tendo como identificação apenas a escola, a turma e o turno.

b) Solicitação de integridade das respostas.

c) Alocação do tempo necessário para que cada estudante respondesse por completo o questionário.

d) Permanência da pesquisadora responsável pela aplicação em sala de aula até o último estudante entregar o questionário para garantir que eventuais dúvidas fossem elucidadas.

Para esta análise incluímos apenas as alunas brancas, negras e pardas dos três turnos do 3º ano do ensino médio da Escola Liceu Paraibano, buscando evidenciar como as relações de gênero e raça/etnia condicionam suas perspectivas profissionais.

Considerando o total de 263 questionários respondidos pelas alunas, 33,9% são brancas, 53,6% pardas e apenas 12,5% negras, sendo estas últimas minoria.

Levando em conta o problema de distorção idade/série também identificamos um diferencial de cor/etnia: enquanto que 22,5% e 21,3% das brancas e pardas, respectivamente, estão acima da idade de conclusão do ensino médio (17 anos), 36,4% das negras têm mais de 17 anos de idade.

Quanto às suas aspirações profissionais, todas as estudantes (brancas, pardas e negras) afirmaram que pretendem prestar vestibular e ingressar em cursos superiores, indicando que o ensino superior é alvo de anseio entre as mulheres.

Para análise mais detalhada, consideramos as aspirações pelos cursos superiores de acordo com três áreas de conhecimento: **1. Ciências humanas**, compostas por Psicologia, Pedagogia, Letras, Filosofia, Geografia, História, Sociologia, Música, Teatro, Turismo, Jornalismo, Administração, Ciências Contábeis, Direito, Serviço Social; **2. Ciências exatas**, compostas por Matemática, Física, Química, Engenharias, Redes de Computadores, Gestão Financeira, Arquitetura, Design, Ciências da Computação; **3. Ciências da saúde**, compostas por Nutrição, Medicina, Veterinária, Enfermagem, Educação Física, Biologia, Farmácia, Fisioterapia e Odontologia.

Excluindo 6,08% das pesquisadas que ainda não decidiram que curso pretendem fazer, constatamos que 33,8% prestarão vestibular para a área de ciências humanas, 39,1% para a área de ciências da saúde, 17,8% para a área de ciências exatas e 3,6% manifestaram interesse pelo Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar (CFO).

Entre as brancas, 38,3% afirmaram que farão vestibular para a área de ciências humanas, 37,1% para a área de ciências da saúde e 21,3% para a área de ciências exatas. Entre as pardas, 32,6% assinalaram direcionamento para a área de ciências humanas, 40,5% para a área de ciências da saúde, 14,1% para a área de ciências exatas e 4,9% para o Curso de Formação de Oficiais. Entre as negras, 27,3% almejam ingressar em cursos da área de ciências humanas, 39,4% da área de ciências da saúde, 24,3% da área de ciências exatas e 3% no Curso de Formação de Oficiais. A tabela 1 resume esses dados.

Tabela 1: Escolhas de cursos superiores das alunas do 3º ano do Liceu Paraibano por área do conhecimento e cor/raça/etnia (2012)

Cor/raça/etnia	Áreas dos cursos pretendidos		
	Ciências Humanas	Ciências da Saúde	Ciências Exatas
Branças	38,3%	37,1%	21,3%
Pardas	32,6%	40,5%	14,1%
Negras	27,3%	39,4%	24,3%

Diante desses dados, podemos constatar que as estudantes brancas escolhem mais cursos na área de ciências humanas e de saúde, enquanto que as pardas e negras se concentram mais na área de ciências da saúde.

Para as estudantes brancas, o curso mais escolhido na área de ciências humanas é Direito, na área de ciências da saúde é Fisioterapia, e na área de ciências exatas é Arquitetura. Para as pardas o curso mais escolhido na área de humanas é Psicologia, na área de saúde é Fisioterapia, e na área de exatas é Arquitetura. E para as negras, o curso mais escolhido na área de ciências humanas é Jornalismo, na área de ciências da saúde é Medicina. Já na área de ciências exatas, as estudantes negras apontam diversos cursos com igual porcentagem: Design, Arquitetura, Engenharia Civil, Engenharia Química, Engenharia Ambiental e Química Industrial. Os dados estão apresentados no quadro 1.

Quadro 1: Cursos superiores mais escolhidos pelas alunas do 3º ano do Liceu Paraibano por área do conhecimento e cor/raça/etnia (2012)

Cor/raça/etnia	Cursos mais pretendidos por área		
	Ciências Humanas	Ciências da Saúde	Ciências Exatas
Branças	Direito	Fisioterapia	Arquitetura
Pardas	Psicologia	Fisioterapia	Arquitetura
Negras	Jornalismo	Medicina	Design, Arquitetura, Eng. Civil, Eng. Química, Eng. Ambiental, Química Industrial.

Na área de ciências humanas o curso mais prestigiado, o de Direito, foi escolhido pelas estudantes brancas (maioria) e pelas pardas enquanto que não foi sequer mencionado pelas estudantes negras. Em contrapartida o curso de Medicina, o mais concorrido e prestigiado da área de ciências da saúde, foi o mais escolhido pelas estudantes negras. Na área de ciências exatas o curso mais destacado por todas as estudantes (brancas, pardas e negras) foi o de arquitetura que, apesar de também ser um curso prestigiado carrega o construto cultural da feminização, pois segundo Cristina Bruschini e Maria Lombardi (1999, p.5) “supõe-se que essa escolha feminina pelo curso de arquitetura tenha, entre outras razões, a percepção da arquitetura como ramo mais próximo à decoração e às artes do que a engenharia”.

Ao serem questionadas sobre os motivos das escolhas dos cursos, 3,4% das estudantes brancas, contra 2,4% das pardas e 3,2% das negras mencionaram a baixa concorrência; 84,2% das brancas, 82,8% das pardas e 64,6% das negras apontaram a realização pessoal; e 11,3% das brancas, 13,3% das pardas e 32,2% negras assinalaram a crença na garantia de emprego. Estes dados são apresentados na tabela 2.

Tabela 2: Motivos da escolha de cursos superiores das alunas do 3º ano do Liceu Paraibano por cor/raça/etnia (2012)

Cor/raça/etnia	Motivos da escolha do curso		
	Baixa concorrência	Realização pessoal	Trabalho garantido
Branças	3,4%	84,2%	11,3%
Pardas	2,4%	82,8%	13,3%
Negras	3,2%	64,6%	32,2%

Dois aspectos principais podem ser destacados no tocante aos motivos da escolha do curso superior. O primeiro diz respeito à predominância da opção “realização pessoal” entre os três grupos, mais frequente no caso das estudantes brancas (84,2%) e pardas (82,8%) do que no caso das negras (64%). Em contraste, as estudantes negras escolhem cursos superiores motivadas pela perspectiva de garantia de trabalho (32,2%) muito mais do que as não negras (11,3% no caso das brancas e 13,3% no caso das pardas). Esse achado é coerente com a situação socioeconômica inferior da população negra, que limita as escolhas das estudantes negras na escolha profissional, de forma a abrirem mão da realização pessoal por razões de sobrevivência.

Considerações Finais

As políticas educacionais de igualdade racial no Brasil têm avançado desde a Lei 10.639/03, que estabelece a inclusão do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira no currículo escolar, com o objetivo de reconhecer e valorizar a cultura afrodescendente para a erradicação do racismo. No entanto, não são suficientes diante do preconceito persistente na sociedade brasileira. As relações etnicorraciais, assim como as relações de gênero, ainda apresentam um cenário de desigualdades que muitas vezes são produzidas e/ou reproduzidas na escola por uma cultura racista e sexista. Nesse cenário, a discriminação social que afeta as mulheres negras é ainda mais evidente. Ser mulher e ser negra significa enfrentar maiores dificuldades para pleitear cursos superiores de prestígio e ocupar posições profissionais importantes.

Considerando essa problemática, com a intenção de chamar a atenção para o peso das variáveis cor/raça/etnia e sexo na trajetória escolar e no processo de escolha profissional, este texto apresentou resultados de uma pesquisa sobre as perspectivas

profissionais das alunas brancas, pardas e negras do Liceu Paraibano, a mais antiga e prestigiosa escola pública de ensino médio da Paraíba, apontando suas escolhas de cursos superiores e os motivos correspondentes.

Concluimos que as barreiras históricas de segregação da mulher e, sobretudo, da mulher negra, permanecem. Ser mulher e ser negra significa enfrentar duplo preconceito: a discriminação racial e a inferiorização de gênero. Assim, na trajetória escolar as diferenças são marcadas e os desafios persistem: as estudantes de nível médio negras são mais velhas, direcionam-se para cursos ligados ao cuidado e que prometem maior empregabilidade.

Observamos que as relações etnicorraciais e de gênero podem direcionar e limitar as aspirações e escolhas profissionais das jovens estudantes. Ainda há uma tendência das mulheres (brancas, pardas e negras) a rejeitarem os cursos na área de ciências exatas, preferindo as profissões estabelecidas como tipicamente femininas na área de ciências da saúde. A aspiração das estudantes negras pelo curso de Medicina revela um achado interessante a ser investigado na continuação da pesquisa.

Referências

AQUINO, Mirian de Albuquerque. Imagens de humilhação como formas de desigualdades raciais. In: PIZZI, Laura Cristina Vieira; FUMES, Neiza de Lourdes Frederico (Orgs.) **Formação do pesquisador em educação: identidade, diversidade, inclusão e juventude**. Maceió-AL: EDUFAL, 2007.

BARRETO, Andreia; ARAUJO, Leila; PEREIRA, Maria Elisabete. **Gênero e Diversidade na Escola: Formação de professoras/es em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais**. Livro de Conteúdo. Versão 2009. Rio de Janeiro: CEPESC, Brasília: SPM, 2009.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, 2004. Disponível em: http://www.sinpro.org.br/arquivos/afro/diretrizes_relacoes_etnico-raciais.pdf. Acesso em: 20 de setembro de 2012.

BRASIL. Lei nº. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e cultura afro-brasileira", e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/2003/L10.639.htm>>. Acesso em: 20 de setembro de 2012.

BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. Médicas, arquitetas, advogadas e engenheiras: mulheres em carreiras profissionais de prestígio. **Revista Estudos Feministas**, v. 7, p. 9-24, n. 1 e 2/1999. Disponível em: <http://scholar.google.com.br/scholar?q=M%C3%A9dicas,%20arquitetas,%20advogadas%20e%20engenheiras:%20mulheres%20em%20carreiras%20profissionais%20de%20prest%C3%ADgio>>. Acesso em: 13 de novembro de 2012.

CARVALHO, Maria Eulina P.; RABAY, Gloria (2011). Gênero e carreiras universitárias em 50 anos na Universidade Federal da Paraíba. In: B. RAMALHO; J. BELTRÁN; M. E. P. de CARVALHO; A. V. S. DINIZ (Orgs.). **Reformas Educativas, Educação Superior e Globalização em Brasil, Portugal e Espanha**. Alzira, ES: Editorial Germania, p. 237-269.

DIEESE. A mulher negra no mercado de trabalho metropolitano: inserção marcada pela dupla discriminação. **Estudos e pesquisas**. Ano 11, no. 14, novembro de 2005. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/esp/estpesq14112005_mulhernegra.pdf> Acesso em: 16/10/2012

LOBATO, Carmem Regina Poli Sayão. **Maturidade Vocacional e Gênero: Adaptação e Uso do Inventário Brasileiro de Desenvolvimento Profissional**. Revista Brasileira de Orientação Profissional, 2003, 4 (1/2), pp. 57-69. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S167933902003000100006&script=sci_arttext&tlng=en. Acesso em: 27/08/2012

TABAK, Fanny (2011). Políticas públicas no combate a estereótipos. In: FERREIRA, Cristina Araripe (Org.) (2011). **Juventude e iniciação científica: políticas públicas para o ensino médio**. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ, p. 83.